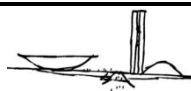




**ASSESSORIA PARLAMENTAR
INFORMATIVO
18 DE NOVEMBRO DE 2014**



CONGRESSO NACIONAL

Congresso marca nova reunião para analisar vetos nesta quarta

O presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, convocou sessão conjunta da Câmara e do Senado para esta quarta-feira (19), às 11 horas. A pauta contém 38 vetos presidenciais, que têm preferência, e quatro projetos de lei.

Se a pauta for esgotada, ficará aberta para o PLN **36/14**, que ajusta a meta de superavit fiscal de 2014 e poderá ser votado no mesmo dia na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Entre os vetos a serem analisados, o principal é o que rejeitou integralmente as novas regras para a criação de municípios (PLS 104/14 – Complementar). Originado no Senado e aprovado definitivamente em agosto, o projeto foi uma segunda tentativa de regular a matéria, após uma proposta anterior também ser vetada pela Presidência da República.

Entre os projetos de lei na pauta da sessão, três abrem créditos orçamentários para os ministérios das Cidades e da Previdência Social, as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e o Ministério Público da União.

O quarto projeto, o PLN **5/14**, altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 para excetuar do cumprimento de prazos preestabelecidos um aumento salarial para os agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal e os peritos federais agrários. O reajuste foi concedido pela Medida Provisória 650/14, já aprovada pelo Congresso.

Possibilidade de obstrução

A sessão desta quarta-feira pode ser obstruída pelos parlamentares opositores, como ocorreu na última quarta (12).

Contrária à proposta de reajuste do superávit, a oposição promete dificultar as votações no Congresso, de modo a não permitir que o caminho esteja aberto para o PLN 36/14, depois de examinado pela CMO.

A sessão será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados.

Sessão solene lança campanha de combate à violência contra a mulher nesta quarta

O Congresso Nacional fará nesta quarta-feira (19) sessão solene para celebrar o lançamento da campanha “16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra a Mulher”. Lançada em 1991, por iniciativa do Centro de Liderança Global de Mulheres (Center for Women’s Global Leadership - CWGL), a campanha promove o debate e denuncia as várias formas de violência contra as mulheres no mundo.

- A gente vê o ato de violência contra a mulher como uma coisa inconcebível, mas infelizmente existe ainda hoje, até por uma questão cultural, que não é fácil de remover do dia para a noite – afirmou o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Para ele, todo cidadão, especialmente o homem público, tem a obrigação de participar do debate desse tipo de tema, e não ficar apenas numa posição de observação ou de elogio.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) concorda. Na visão da parlamentar, o Senado pode contribuir muito com a campanha.

- É fundamental que o Congresso Nacional, como um todo, se incorpore nessa campanha, que é mundial. É claro que uma casa legislativa com o peso, com a importância do Senado Federal não podia ficar de fora – disse.

Mobilização

O período escolhido para a mobilização se inicia em 25 de novembro – declarado Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher – e termina em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Dessa forma, a campanha quer fazer uma vinculação entre a luta pela não violência contra as mulheres e a defesa dos direitos humanos. Hoje, cerca de 150 países participam da iniciativa.

A sessão está marcada para as 10h, no Plenário do Senado.



SENADO FEDERAL

Aposentadoria de ministro do TCU abre vaga para indicado pelo Senado

Foi lido no expediente desta terça-feira (18) no Plenário do Senado comunicado sobre aposentadoria do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Jorge, que completa 70 anos hoje. O ato de aposentadoria, porém, ainda não foi publicado no *Diário Oficial da União*.

Dos nove ministros do TCU, três são indicados pelo presidente da República, três pela Câmara dos Deputados e três pelo Senado, que indicará o substituto de José Jorge.

O ministro foi senador por Pernambuco (1999 a 2007) e tomou posse no tribunal em 2009.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sessão do Plenário é encerrada sem votações

Devido ao término da prorrogação da sessão ordinária do Plenário, de meia hora, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, encerrou os trabalhos. A Comissão Mista de Orçamento tem reunião marcada para as 19h30 com o objetivo de votar a proposta que altera a forma de cálculo do superavit primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014.

Estava em debate em Plenário a Medida Provisória 652/14, que cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (Pdar) para estimular o setor por meio de subsídios às tarifas aeroportuárias e aos custos dos voos. Segundo o **texto da comissão mista**, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), metade dos assentos das aeronaves poderão ser subsidiados, limitados a 60 por voo.

Sessão de quarta-feira

O presidente da Câmara convocou sessão extraordinária para esta quarta-feira (19), após sessão do Congresso Nacional, marcada para as 11 horas. Os congressistas deverão analisar vetos a projetos de lei e medidas provisórias.

Na sessão da Câmara, estão previstas as MPs 652/14 e **655/14** (recursos para o Fies) e o Projeto de Lei **7735/14** (exploração do patrimônio genético), que trancam os trabalhos; e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) **170/12**, sobre aposentadoria integral por invalidez no serviço público.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Negado recurso de promotor de Justiça do AM condenado por corrupção passiva

Por unanimidade, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou provimento ao Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) 122806, interposto por promotor de Justiça do Amazonas, condenado por corrupção passiva, por ter recebido um automóvel de um traficante de drogas. Walber Luís Silva do Nascimento foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJ-AM) à pena de dois anos e três meses de prisão (substituída por duas penas restritivas de direito), ao pagamento de 100 dias-multa e à perda do cargo.

No RHC, a defesa alegou, entre outros argumentos, que a ação penal foi promovida por vingança, uma vez que movida por desafetos do promotor dentro do Ministério Público do Amazonas. Sustentou também a nulidade de provas utilizadas, uma vez que a acusação se valeu de interceptações telefônicas obtidas irregularmente dos autos de outra investigação.

Para a relatora do RHC, ministra Cármen Lúcia, a avaliação sobre as motivações por trás da ação movida contra o promotor exigiria revolvimento de provas, algo descabido em sede de habeas corpus. Quanto às provas emprestadas, a ministra observou que foram desentranhadas de outros autos respeitando os princípios do contraditório e da ampla defesa. “A prova emprestada é lícita, uma vez que observou os ditames legais, sobretudo a prévia autorização judicial”, afirmou a relatora. Segundo ela, as provas emprestadas também não são o único elemento probatório utilizado nos autos, que contariam com outros elementos suficientes para a comprovação do delito.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Prêmio Innovare anuncia práticas finalistas da 11ª edição

Violência contra a mulher, recuperação e ressocialização de detentos (jovens e adultos) e questões ligadas à Justiça de família, à área da saúde e à garantia de moradia foram os temas que se destacaram na 11ª edição do Prêmio Innovare, que acaba de anunciar os 18 finalistas selecionados entre os 367 inscritos neste ano.

Práticas de 12 estados, das cinco regiões do país, estão entre as mais votadas para receber o prêmio nas categorias Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Especial. Neste ano houve um recorde de inscritos na categoria Especial, com 111 iniciativas relacionadas ao tema “Sistema Prisional Justo e Eficaz”.

A região Nordeste teve o maior número de boas práticas votadas nesta etapa (6), com iniciativas implantadas no Ceará, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Maranhão. Na região Sudeste, três práticas de São Paulo e duas do Rio de Janeiro estão entre os finalistas. Outros estados com práticas selecionadas são Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Pará e Roraima.

Sigilo

A votação, realizada na última sexta-feira, a portas fechadas, contou com um novo sistema para garantir o sigilo sobre a classificação dos vencedores. Diferentemente do que acontecia nos anos anteriores, quando os votos para escolha dos três melhores em cada categoria eram dados oralmente, a seleção desta edição foi eletrônica, de modo que nem mesmo os membros da comissão julgadora souberam a colocação dos premiados.

O objetivo é prestigiar igualmente as práticas e garantir a surpresa durante a cerimônia de premiação, que será realizada no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, no dia 16 de dezembro.

O novo sistema computa os votos de acordo com a ordem escolhida por cada jurado – três pontos para o vencedor, dois para o segundo colocado e um para o terceiro –, e todos os votos são somados pelo equipamento. Os dados detalhados ficam armazenados para posterior conferência, e as práticas mais votadas foram anunciadas por ordem de inscrição.

Agora, as 18 práticas finalistas receberão a visita da equipe do Innovare para elaboração de fotos e vídeos que serão usados no dia da premiação, como ocorre todo ano. Com a mudança

implantada neste ano, no entanto, a visita não será uma garantia de que o autor foi o grande vencedor do prêmio em sua categoria.

Prêmio Especial

Nesta 11ª edição do Prêmio Innovare, todas as regiões do Brasil inscreveram iniciativas com o objetivo de aprimorar a qualidade e modernizar a Justiça. A categoria Prêmio Especial, que desde o ano passado abriu espaço para a participação de todas as áreas do conhecimento, foi o grande destaque, com 111 práticas inscritas no tema “Sistema Prisional Justo e Eficaz”.

Ao contrário do ano passado, neste ano não foram aceitas inscrições de monografias, mas apenas de trabalhos efetivamente colocados em prática e com resultados comprovados. Pela primeira vez na história do Innovare, notou-se uma grande diversidade de profissionais de áreas distantes do direito inscritos no Prêmio Especial. Entre os três autores das práticas finalistas nesta categoria estão uma jornalista, um professor de matemática e uma pedagoga.

Membro da comissão julgadora, o ministro aposentado do STJ Gilson Dipp comemorou o grande número de inscritos com profissões sem relação direta com a Justiça. “Estamos diante de uma abertura incrível. O cidadão está interessado na pauta do sistema judiciário e isso, por si só, já é uma inovação. É maravilhoso”, comentou.

Por cerca de três meses, as práticas receberam visitas técnicas de 17 consultores do Instituto Innovare, que avaliaram pessoalmente se elas já estavam sendo aplicadas, sua eficiência e eficácia, seu alcance e poder de replicabilidade para outras regiões. O relatório gerado pelas visitas foi entregue à comissão julgadora (formada por 30 personalidades do meio jurídico e empresarial) para avaliação final.

A trajetória de 11 anos do Prêmio Innovare vem mantendo o crescimento no número de inscritos, o que mostra sua importância como instrumento de reconhecimento e valorização das boas práticas que se revertem em benefício direto à população. Desde sua primeira edição, em 2004, mais de 150 práticas já foram reveladas.

“Nosso objetivo principal é fazer com que essas práticas possam se tornar modelo e sejam difundidas para outras regiões e adaptadas a diversas realidades”, diz Sérgio Renault, diretor presidente do Instituto Innovare.

Práticas finalistas

Veja a seguir a relação das práticas finalistas, por ordem de inscrição.

Categoria Juiz (69 inscritos)

Projeto Itinerante Fluvial Ribeirinho Cidadão (PA) – Leva a 49 ilhotas da região de Marajó todos os serviços da Justiça Eleitoral, para que os habitantes desses lugares remotos tenham uma participação mais efetiva no processo democrático das eleições. Antes só compareciam às urnas aqueles que tinham interesse ou vínculo com algum candidato, o que comprometia a legitimidade dos representantes eleitos.

Projeto Violeta (RJ) – O objetivo é garantir a segurança e a proteção máxima da mulher vítima de violência doméstica e familiar. Todo o processo deve ser concluído em cerca de duas horas: a vítima registra o caso na delegacia, que encaminha de imediato para averiguação do juiz, após escuta do testemunho por uma equipe multidisciplinar do Juizado, a mulher sai com uma decisão judicial em mãos.

Entregando a cada um o que é seu (RS) – Consiste na adoção de procedimentos para assegurar que montantes a receber por assegurados da previdência, já em ações ajuizadas, cheguem corrigidos às suas mãos, superando obstáculos de cunho burocrático ou limitações pessoais.

Categoria Ministério Público (66 inscritos)

O Ministério Público e os objetivos do milênio (BA) – Visitas mensais a escolas e postos de saúde, por equipes multidisciplinares, que fotografam e registram todas as deficiências encontradas nas unidades visitadas. Esse levantamento é enviado aos gestores das casas. Com isso, busca-se a solução dos problemas encontrados através da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Em até 60 dias, é feita nova visita para verificar as mudanças e, em caso de não haver melhorias, medidas judiciais são adotadas.

Desinstitucionalização e adequação da RAPS (SP) – A prática se constitui na implantação de equipes multidisciplinares de desinstitucionalização de internos nos hospitais psiquiátricos da região de Sococaba. Essa equipe tem como atribuições a realização de avaliação clínica, psiquiátrica e psicossocial das pessoas em situação de internação de longa permanência em hospitais psiquiátricos, objetivando a elaboração de projeto terapêutico singular (PTS), orientado para a reabilitação psicossocial.

Projeto “Adote um Manancial” (SE) – Tem como objetivo mais amplo a recuperação do rio Piautinga, afluente do Piauí. Para isso, trabalha na educação ambiental junto ao homem do campo e também com a capacitação de professores de rede pública e privada em educação e práticas ambientais, como medida de formar multiplicadores sociais.

Categoria Tribunal (55 inscritos)

Mediação Familiar (GO) – O método de mediação de conflitos implica numa mudança de comportamento diante dos encontros para os acordos, onde o corpo técnico é composto por pessoas de diferentes áreas, além de observadores, que garantem uma decisão imparcial e neutra na Justiça de família. Entre os objetivos está a restauração da relação social, encontrando soluções que beneficiem a todos os envolvidos na situação da ruptura das relações conjugais, principalmente os filhos.

Cidadania Indígena (RR) – Objetiva a inclusão social dos povos indígenas de Roraima, mediante acesso a documentação básica, que se dá em mutirões realizados pela Vara da Justiça itinerante por todo o estado. Participam conjuntamente Funai, Defensoria, Ministério Público, TRE, INSS, cartórios e outras entidades. São emitidos certidão de nascimento, documento de identidade, título de eleitor, além dos benefícios sociais concedidos pelo INSS. Tudo feito de forma prática, objetiva e rápida.

Unidades Avançadas de Atendimento - UAA (RS) – São modalidades da Justiça itinerante, mas com ponto fixo de atendimento, que envolvem cooperação judiciária e teletrabalho. Juízes e servidores deslocam-se para essas varas periodicamente para a realização de atendimentos e audiências. Dão prestados serviços como realização de perícias e audiências de conciliação e instrução e julgamento (presenciais ou por videoconferência), fornecimento de informações processuais e emissões de certidões, entre outros. As UAAs são instaladas em locais onde não há sede de vara federal ou em locais precisem de um atendimento mais próximo do cidadão.

Categoria Defensoria Pública (16 inscritos)

Mulher agrária - Autonomia já (CE) – No foco, o enfrentamento à violência contra a mulher do campo, bem como o empoderamento e empreendedorismo das mulheres nessa realidade. Para tanto são programadas palestras, oficinas, elaboração de estudos, materiais didáticos e pesquisas específicas à realidade local. Entre os objetivos estão: promover acesso às informações sobre direito e cidadania, levantar dados sobre a problemática da mulher no campo, ampliar o acesso à justiça, aumentar a autoestima da mulher no campo, trabalhar o lado preventivo e repressivo da violência doméstica e familiar contra a mulher no campo, promovendo mudança cultural a partir da disseminação da paz, igualdade e respeito.

Projeto “Fortalecendo os vínculos familiares” (MA) – Tem como objetivo regularizar a situação de filhos de detentos que não estejam oficialmente registrados ou reconhecidos, evitando-se assim o rompimento dos vínculos familiares. Em até 24 horas, a criança recebe o registro e pode não só passar a visitar o pai no presídio (o que só é permitido à filhos registrados), mas também passa a ter acesso às Políticas Públicas de Educação, Saúde e Transferência de Renda a que tem direito. Em um só momento, procura-se solucionar dois problemas que se apresentam ao sistema de Justiça: a manutenção dos vínculos socioafetivos dos internos com suas famílias e a erradicação do subregistro de nascimento em uma parcela da população.

A atuação da Defensoria Pública na promoção do acesso de populações vulneráveis aos mecanismos de prevenção e solução de conflitos decorrentes de contratos com as instituições financeiras internacionais (SP) – A prática permite o acesso direto da população aos órgãos financiadores de políticas públicas que tenham impactado negativamente suas vidas, permitindo a correção de tais políticas como, por exemplo, a desapropriação inadequada e sem as devidas compensações financeiras de famílias hipossuficientes.

Categoria Advocacia (54 inscritos)

Desapropriação urbana com promoção social e humanização (CE) – Tendo em vista o grande número de desapropriações em áreas urbanas, a prática promove mutirões com diálogo prévio com as comunidades, diretamente ou através de entidades representativas, democratizando o processo e garantindo indenização justa e promovendo o direito de moradia, na medida em que busca a concessão de unidade habitacional construída pelo Estado em terrenos próximos aos locais onde já residiam os desapropriados. A prática envolve ainda o estabelecimento de procedimento administrativo de negociação com equipe técnica multidisciplinar e procedimento de impugnação administrativa de laudo/preço simplificado e integração dos benefícios sociais (aluguel social, indenização social, auxílio social) já no procedimento de desapropriação.

Primeiro patronato penitenciário municipal do Brasil (PR) – Atua nas áreas jurídica, pedagógica, assistencial e psicológica, dando oportunidade de reinserção social através de ações de profissionalização de mão de obra, grupos de toxicômanos, realocação no mercado de trabalho, com parceria de instituições públicas e privadas que recebem os trabalhadores, sem se afastar do cunho punitivo e fiscalizador de sua competência. Fiscaliza o cumprimento das medidas alternativas à pena privativa de liberdade, orienta e direciona os egressos, através de equipe multidisciplinar, ao retorno saudável ao convívio social. Visa a integração com os demais órgãos de execução, sociedade local e regional, iniciativa privada, instituições de ensino e poder público.

Câmara de resolução de litígios de saúde (RJ) – Reúne procuradores do estado, procuradores do município, defensores públicos do estado e da União e representantes da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de

promover o atendimento de partes assistidas pela DPGE e pela DPU e que demandem prestação de serviço de saúde, de modo a evitar o ajuizamento de ações, buscando solução administrativa para oferta de medicamento, agendamento de procedimento cirúrgico ou clínico, internação ou exame médico.

Categoria Prêmio Especial (111 inscritos)

Cooperativa de Arte Feminina Empreendedora da Susipe - Cooafe (PA) – Criada por uma portaria interministerial do Governo Federal, a Cooafe é a primeira cooperativa do país formada exclusivamente por mulheres presas. O projeto garante acesso ao trabalho para internas, com o desenvolvimento de ações que incluem a formação, entre outras, de cooperativas e economia solidária. As detentas envolvidas no projeto trabalham diariamente na produção de artesanatos como pelúcias, crochê, vassouras ecológicas, sandálias, bijuterias, entre outros produtos que são comercializados em feiras e praças públicas de Belém.

CASE Jaboatão - o modelo brasileiro de ressocialização de menores (PE) – Considerado modelo de ressocialização de adolescentes em situação de privação de liberdade, o sucesso desse trabalho está na excelência profissional dos envolvidos, que colocam a educação na base de todas as ações executadas na unidade. Os adolescentes são submetidos a uma rotina diária de aulas do currículo escolar nacional e todas as ações desenvolvidas como oficinas de capoeira, LEGO-Education, Robótica, Arte, Arte Circense, Informática, alfabetização e novas oportunidades de aprendizagem passam pelo aparato pedagógico da escola.

Sistema APAC de recuperação de presos (SP) – Sistema de apadrinhamento voluntário de presos, no qual casais, depois de receberem treinamento, prestam assistência aos detentos e suas famílias, servindo de modelo e de apoio em todos os aspectos, principalmente no comportamento familiar, com objetivo de recuperação psicossocial do apenado.



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Proposta pretende alterar regras gerais para ingresso na carreira do MP

O conselheiro Jeferson Coelho e o corregedor nacional do Ministério Público, Alessandro Tramuja, apresentaram, durante a 21ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nesta segunda-feira, 17 de novembro, proposta de resolução que visa alterar o artigo 3º, §§ 3º e 4º, da Resolução nº 14/2006, a qual dispõe sobre regras gerais regulamentares para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.

Atualmente, o parágrafo terceiro do artigo 3º estabelece que não podem integrar a Comissão de Concurso a pessoa que seja ou tenha sido, nos últimos três anos, titular, sócia, dirigente, empregada ou professora de curso destinado a aperfeiçoamento de alunos para fins de aprovação em concurso público.

Já o parágrafo quarto estabelece que “se as vedações a que aludem os parágrafos anteriores inviabilizarem a formação da Comissão, poderão compô-la integrantes de outros Ministérios Públicos”.

O conselheiro e o corregedor destacam no texto da proposta que as referidas normas, como redigidas, têm dificultado a indicação de pessoas para compor as Comissões de Concurso, bem como para organizar a elaboração e aplicação de provas de certames públicos, inviabilizando a participação de membros do Ministério Público que são conhecedores das rotinas e práticas inerentes às atribuições ministeriais.

Para eles, é necessária a redução do prazo contido no atual parágrafo terceiro, bem como a alteração do parágrafo quarto, autorizando: 1) a nomeação de integrantes de outros Ministérios Públicos para participar da elaboração e aplicação das provas; e 2) a formulação de termos de cooperação com fundação ou escola superior de qualquer Ministério Público ou mesmo a contratação de empresa especializada para realização dos referidos certames, observadas neste último caso a Lei de Licitações (Lei nº 8666/93).

De acordo com o Regimento Interno do CNMP, será designado conselheiro para ser relator e aberto o prazo de 30 dias para o recebimento de emendas.

CNMP mantém eleição de membro do MP/SP a cargo de direção em universidade

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) decidiu, por maioria, durante a 21ª Sessão Ordinária, realizada nesta segunda-feira, 17 de novembro, considerar regular o magistério exercido pelo procurador de Justiça de São Paulo Vidal Serrano Nunes Júnior, inclusive no que se refere ao cargo de diretor-adjunto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Com a decisão, foi arquivado o Pedido de Providências nº 768/2013-14. O relator do processo é o conselheiro Jarbas Soares.

O procurador de Justiça Vidal Serrano Nunes Júnior é professor na PUC/SP e se candidatou ao cargo de diretor-adjunto da Faculdade de Direito. Alunos entraram com Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do CNMP para impugnar a candidatura, alegando haver incompatibilidade entre as funções de diretor e as de procurador de Justiça. No processo, eles pediam que o procurador fosse impedido de participar da eleição.

Em seu voto, o relator, conselheiro Jarbas Soares, destacou que a Resolução CNMP nº 73/2011 estabelece aos membros do Ministério Público da União e dos Estados o exercício do magistério, público ou particular, por, no máximo, 20 horas-aula semanais, consideradas as efetivamente prestadas em sala de aula. Segundo o relator, não foi verificado no processo descumprimento do limite máximo por parte do membro.

Ainda de acordo com ele, a compatibilidade de horário entre as funções de procurador de Justiça no MP/SP e o magistério “demonstra também, nesse ponto, obediência à Resolução”.

Com relação ao cargo de diretor-adjunto, o relator entendeu que, muito embora a Resolução nº 73/2011 faça referência exclusivamente ao cargo de coordenador de ensino ou de curso e, adiante, vede o exercício do cargo de diretor, impõe-se interpretação do regulamento sob o aspecto teleológico.

“Nesse sentido, as atribuições de diretor-adjunto da Faculdade de Direito da PUC/SP, previstas no estatuto da instituição, coadunam-se com o permissivo regulamentar (art. 1º, §§

1º e 3º) por possuírem evidente natureza pedagógica e científica, inexistindo óbice ao proicrador de Justiça para o seu exercício”, salientou o conselheiro Jarbas Soares.



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Sessão do CNJ julga 35 itens

O Conselho Nacional de Justiça julgou nesta terça-feira (18/11) 35 itens dos 159 pautados. Foi adiado apenas um processo e dois tiveram pedido de vista. Ficaram pendentes de julgamento 121 processos.

A próxima sessão ordinária do CNJ, de número 200, está marcada para o dia 2 de dezembro.

Veja [aqui](#) a lista de processos julgados

CNJ sediará oficina sobre assassinatos de mulheres

O assassinato de mulheres no Brasil e as formas de se combater esse mal crescente serão temas de oficina realizada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos dias 26 e 27 de novembro. O objetivo do evento, organizado pela ONU Mulheres, é sensibilizar e debater o conceito, as circunstâncias e a investigação do feminicídio no Brasil com juízes que já atuam na área, estimulando a busca de soluções para o enfrentamento da impunidade.

A oficina será restrita a 18 participantes para manter o formato de interação com os convidados, mas haverá transmissão ao vivo no Portal CNJ para o alcance de todos os interessados. O CNJ será representado pela coordenadora do Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, conselheira Ana Maria Amarante.

Os participantes discutirão a tipificação penal do feminicídio, abordada no Brasil com o Projeto de Lei do Senado n. 292/2013. O texto pretende alterar o Código Penal para inserir o assassinato contra mulheres como circunstância qualificadora do crime de homicídio e aumentar a pena. A tipificação já foi adotada em países latino-americanos como México, Costa Rica, Guatemala, Colômbia, El Salvador, Chile, Peru, Nicarágua, Argentina, Bolívia, Honduras, Peru e Equador.

A oficina também discutirá o Protocolo para a Investigação de Assassinatos Violentos Relacionados a Gênero de Mulheres/Femicídio para a América Latina. Desenvolvido com o apoio de diversos parceiros, o protocolo cria diretrizes para a investigação de mortes de mulheres segundo o conceito de feminicídio, garantindo que os Estados cumpram seus deveres em relação ao direito à vida e à dignidade humana para todos, conforme os diplomas internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Femicídio – O assassinato de mulheres pela condição de serem mulheres é chamado de feminicídio, femicídio ou assassinato relacionado a gênero. Os termos referem-se a crimes de ódio justificados por uma cultura de dominação da mulher pelo homem e estimulados pela impunidade e pela indiferença da sociedade e do Estado.

Entre 2000 e 2010, 43,7 mil mulheres brasileiras foram assassinadas, sendo cerca de 41% delas em suas próprias casas e, muitas vezes, por companheiros ou ex-companheiros. Entre 1980 e 2010, dobrou o índice de assassinatos de mulheres no País, passando de 2,3 assassinatos por 100 mil mulheres para 4,6 assassinatos por 100 mil mulheres. Esse número coloca o Brasil na sétima colocação mundial em assassinatos de mulheres.

Confira [aqui](#) a programação do evento.

Projetos de ressocialização de presos e combate à violência doméstica são finalistas do Innovare

O combate à violência contra a mulher, ações de recuperação e ressocialização de detentos (jovens e adultos) e questões ligadas à Justiça de família, à área da saúde e de garantia de moradia foram os temas que se destacaram na XI edição do Prêmio Innovare. As práticas estão entre os 18 finalistas selecionados para concorrer ao prêmio, de um total de 367 inscritos este ano. Os vencedores serão conhecidos na cerimônia de premiação que será realizada no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, no dia 16 de dezembro. Clique [aqui](#) para ver os finalistas.

Práticas de 12 estados, das cinco regiões do País, estão entre as mais votadas para receber o prêmio nas categorias Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Prêmio Especial, que este ano teve recorde de inscritos – 111 no total –, com iniciativas ligadas ao tema “Por um Sistema Prisional Justo e Eficaz”. Entre os três autores das práticas finalistas nesta categoria estão uma jornalista, um professor de matemática e uma pedagoga, o que demonstra a variedade de profissionais interessados em desenvolver boas práticas para o aprimoramento da Justiça brasileira.

“Estamos diante de uma abertura incrível. O cidadão está interessado na pauta do sistema judiciário e isso, por si só, já é uma inovação. É maravilhoso!”, destaca o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, membro da comissão julgadora.

A região Nordeste teve o maior número de boas práticas votadas nesta etapa – seis no total – com iniciativas implantadas no Ceará, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Maranhão. Na região Sudeste, três práticas de São Paulo e duas do Rio de Janeiro estão entre os finalistas. Outros estados com práticas selecionadas são Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Pará e Roraima.

Por cerca de três meses, os projetos receberam visitas técnicas de 17 consultores do Instituto Innovare, que avaliaram pessoalmente a eficiência, o alcance das práticas e o poder de replicabilidade para outras regiões. O relatório gerado pelas visitas foi entregue à Comissão Julgadora (formada por 30 respeitadas personalidades do meio jurídico e empresarial), para avaliação final.

Desde sua primeira edição, em 2004, o Prêmio Innovare já revelou mais de 150 experiências que contribuem para aprimorar a qualidade e modernizar a Justiça. “Nosso objetivo principal é fazer com que essas práticas possam se tornar modelo e sejam difundidas para outras regiões e adaptadas a diversas realidades”, comenta Sergio Renault, diretor presidente do Instituto Innovare.

CNJ vai regulamentar atuação de juízes em ações defendidas por escritórios de advocacia ligados a parentes

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) irá regulamentar a atuação de magistrados e desembargadores no julgamento de casos defendidos por escritórios de advocacia, em que parentes sejam associados. A proposta foi feita pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, nesta terça-feira (18/11), durante a 199ª Sessão do CNJ. Ele defendeu a edição de ato normativo pelo CNJ para impedir juízes de atuarem em ações desse tipo, pois os parentes associados aos escritórios de advocacia acabam sendo beneficiários da decisão.

“Os escritórios recebem valores de honorários que são distribuídos no escritório sem qualquer controle, portanto, o benefício é evidente”, declarou o presidente da OAB. Atualmente, o artigo 134 do Código de Processo Civil (CPC) já veda a participação de magistrado em processos quando a parte ou o advogado são seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim.

No entanto, segundo Coêlho, há casos em que parentes atuam indiretamente por meio de escritórios aos quais estão associados. “Isso acontece muito em nosso país, casos em que o cidadão é sócio do escritório apenas, mas não assina a petição, e seu pai, parente, julga o processo”, frisou. Para ele, a regulamentação protegeria tanto a magistratura, quanto a advocacia. “É bom para todos”, concluiu. A vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, também manifestou o apoio do Ministério Público à proposta.

Os conselheiros e a corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrichi, acolheram o pedido da OAB para que o CNJ edite ato normativo e regulamente a questão. Ficará a cargo da corregedora nacional redigir o texto. O presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski defendeu a necessidade de ato normativo para coibir esse tipo de procedimento “que é extremamente nefasto”.

PAD – O debate sobre a participação de juízes em julgamentos envolvendo escritórios de advocacia ligados a parentes foi suscitado durante o julgamento da Reclamação Disciplinar (RD 0002256-52.2014.2.00.0000) que apurou supostos desvios funcionais do atual corregedor-geral de Justiça do Amapá, desembargador Constantino Augusto Tork Brahuna. O magistrado é acusado, entre outras coisas, de dificultar investigações em processo envolvendo o seu filho, que atua como advogado.